

26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

GT 12

Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política

Desengajamento militante: o caso do movimento hip hop de Campinas¹

Rosangela Carrilo Moreno
Ana Maria Fonseca de Almeida
Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

2008

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. O texto apóia-se na pesquisa das autoras sobre Circulação Internacional e Transformações do Espaço Político Brasileiro. Agradecemos o apoio financeiro da Capes e FAPESP (proc. No. 06/56499-0).

Desengajamento militante: o caso do movimento hip hop de Campinas

Resumo

O presente trabalho discute os efeitos ambíguos da aliança estabelecida por um grupo de jovens artistas do hip hop negros com políticos profissionais do PT na cidade de Campinas no período entre 2001 a 2004. Tendo fornecido ao partido uma entrada no movimento hip hop, o grupo recebeu em troca o espaço físico e simbólico necessário para suas práticas artísticas, a Casa do Hip Hop de Campinas, e vários membros passaram a receber uma renda modesta obtida por meio de contratos precários para atuação como monitores em projetos de inclusão social voltados para jovens pobres e conduzidos pelas secretarias municipais da cultura e da educação em escolas da periferia. No processo, os jovens militantes foram absorvidos em maior ou menor medida pela rotina partidária, aproximando-se de diferentes tendências no interior do partido. No entanto, essa aliança não se implementou sem custos, tendo sido acompanhada por um processo de disputas e cisões que culminou com o desengajamento dos militantes e a dissolução do grupo. Trata-se aqui, portanto, de um caso exemplar que permite examinar (i) as condições sociais que podem contribuir para a interdependência entre um movimento social de jovens e um partido estabelecido e (ii) os fatores que favorecem o desengajamento militante de um grupo, particularmente, e os efeitos dispersivos, de um lado, das retribuições materiais e simbólicas proporcionadas pelo partido e, de outro lado, da rotinização da militância.

Palavras-chave: Militância, Desengajamento, Movimento Hip Hop.

A partir de um agrupamento associativo constituído por jovens² negros de origem social modesta que atuou na construção do “movimento hip hop”³ na cidade de Campinas desde a primeira metade dos anos 90 até meados dos anos 2000 este artigo tem como objetivo discutir o processo de desengajamento dos militantes e a dissolução desse agrupamento.

O artigo centra-se em dois períodos significativos, o primeiro referente à primeira ruptura de alguns fundadores da associação, em novembro de 2002, na primeira Conferência Municipal do Hip Hop, e o segundo em 2004, quando o governo municipal petista encerra seu mandato e deixa de manter financeiramente as atividades desenvolvidas pelos dirigentes e militantes da associação, o que resultou na extinção do agrupamento.

Para compreender o processo de desengajamento dos principais protagonistas dessa associação, o artigo examina três aspectos. O primeiro se refere à aliança desses jovens artistas do hip hop com políticos profissionais do PT, o segundo trata das disposições e posições sociais que favoreceram a permanência de uns e saídas de outros militantes em 2002,

² No nosso vocabulário, essa categorização não interage de forma rígida com uma idade específica. Pretende apenas dar conta de indivíduos que compartilham uma certa posição no espaço social caracterizada essencialmente por uma idade entre 13 e 22 anos e a ausência de dependentes como filhos ou esposos. Para o leitor interessado numa discussão mais precisa da categoria idade indicamos o muito citado artigo de Pierre Bourdieu (1983) que identifica as transformações históricas que permitiram ou forçaram o adiamento da entrada na vida adulta e o resultante aparecimento dessa fase da vida que denominamos juventude. Ver também o artigo de Abramo (1994).

³ O hip hop é composto por três expressões artísticas: o rap (a música), o break (a dança), e o grafite (expressão plástica, pintura, em forma de desenho e letras). Dentro do rap existem duas atividades distintas: uma primeira, executada pelo MC (Mestre de Cerimônia), consiste em cantar a letra de rap; a segunda, executada pelo DJ (Disc-Jôquei), consiste em manusear o equipamento de som, produzindo a base musical para os rappers cantarem e os dançarinos de break dançarem. Além das quatro atividades artísticas (break, grafite, DJ e MC), o grupo em questão, inspirado em discussões no cenário do hip hop americano, incorpora o chamado 5o. elemento do hip hop, o “conhecimento”, na definição de hip hop.

e o terceiro busca compreender os fatores que contribuíram para que o grupo se extinguisse em 2004.

É preciso destacar que as posições de determinados fundadores e lideranças da associação não são estáticas e que, portanto, elas foram se alterando à medida que o próprio grupo foi se transformando. Portanto a primeira etapa do artigo tem como finalidade circunscrever o espaço social concreto em que se moveram os indivíduos em foco, o que significa tratar o caso historicamente, reconstituindo, na medida do possível, a configuração social específica por onde transitavam esses jovens.

Trata-se aqui de um caso exemplar que permite analisar os efeitos ambíguos da aliança estabelecida por um grupo de jovens artistas do hip hop e os políticos profissionais, uma vez que a aproximação dos jovens com um vereador petista, embora tenha sido fundamental para o alargamento da esfera de ação do agrupamento e para sua institucionalização, introduziu o grupo na lógica das trocas políticas que contribuiu para o desengajamento de alguns militantes e a extinção do grupo num período posterior.

Busca-se assim, a partir de uma análise processual do engajamento militante (Fillieule, 2001), pensar o desengajamento como um trabalho de seleção dos perfis militantes (Sawiki, 2003) executado pelos próprios jovens, que nesse caso foi alinhavado pela aproximação desse grupo com os políticos profissionais, que garantiram por meio de retribuições materiais e simbólicas a relação de interdependência entre a associação e o partido político.

A análise da trajetória dos fundadores, concomitantemente com a história do agrupamento, permite reconstituir as mutações pelas quais o grupo e seus membros passaram, visando compreender de que forma a formação do espaço de interação e as hierarquias estabelecidas desempenharam um papel fundamental na dissolução do grupo.

Posse Rima & Cia: da criação de uma associação de rappers à organização do hip hop como política cultural petista

A análise da trajetória do grupo de jovens negros que impulsionaria o movimento hip hop na cidade de Campinas mostra que os fundadores da associação se encontraram por volta de 1994 nos bailes de rap que ocorriam no centro da cidade.

Além da identificação desses jovens com as músicas que denunciavam as condições da periferia e racismo, alguns se interessaram progressivamente em tornar-se eles próprios artistas do hip hop. Entretanto, a construção de uma reputação na área não era tarefa fácil. Os lugares onde podiam se apresentar para uma platéia mais ampla eram escassos. As casas noturnas que freqüentavam, por exemplo, priorizavam grupos que detinham um certo renome,

a maioria deles oriundos da cidade de São Paulo. Isso motivou um grupo dentre esses jovens a se reunir no centro da cidade de Campinas, nos primeiros tempos na própria rua, com o objetivo de trocar informações e experiências que lhes permitissem contornar essa situação. Um ponto que os unia eram as queixas com relação aos empresários que mantinham as casas noturnas que, segundo eles, lucravam com os bailes mas pagavam mal aos rappers, não davam oportunidades aos grupos de rap da cidade se apresentarem, além de freqüentemente cancelarem shows de rap sem devolver o dinheiro ao público.

Em contato com o mercado do rap de Campinas, os jovens rapidamente perceberam que seria muito difícil conseguir um espaço nesse universo de poucas oportunidades e alta competitividade. A articulação com outros grupos tão ambiciosos quanto eles se deu como uma estratégia considerada por eles como “natural” para confrontar o que percebiam como “poderes estabelecidos”, ou seja, os empresários e produtores que investiam no rap. Com esse objetivo, por volta de 1997, o grupo passou a se agrupar para organizar suas próprias atividades e divulgar seus trabalhos, contando com praticamente nada além da sua capacidade de trabalho, já que não possuíam nem contatos, nem recursos financeiros. No entanto, o boca a boca que divulgava os encontros que promoviam na rua mesmo e a visibilidade obtida pelo rap no cenário nacional graças à exposição midiática de vários personagens⁴ permitiu, nesse mesmo período, que o grupo fosse notado por um vereador que procurava constituir uma base entre jovens negros.

A aliança com vereador e a ampliação da esfera de atuação da associação

Esse vereador, cuja base eleitoral assentava-se sobre o sindicato dos eletricitários e em alguns movimentos de bairro, procurava nesse momento iniciar um movimento de ampliação de sua base eleitoral junto aos jovens e ao movimento negro da cidade, motivado, segundo contam os jovens da associação, pelo próprio movimento negro que procurava estabelecer contatos mais substantivos com os representantes negros eleitos.

Como já dispunha de uma rede de apoio e contatos em certos bairros da periferia de Campinas em função de suas ações anteriores de organização de movimentos por saneamento básico, escolas e transportes, o contato com alguns desses jovens rappers moradores desses bairros foi muito rápido, significativamente efetivado por intermédio de uma antiga militante

⁴ É justamente nesse período em que artistas como Mano Brown e Thaíde & DJ Hum alcançam maior proeminência no cenário artístico nacional. Ver edição de **Caros Amigos Especial**, Editora Casa Amarela: São Paulo, janeiro, de 1998, 10ª. edição, ou um dos primeiros livros compilando os primeiros trabalhos sobre rap organizado por Elaine Nunes de Andrade, **RAP e educação, RAP é educação**. São Paulo: Summus, 1999.

do PCdoB. Assim, ele entra em contato com jovens de grupos de rap propondo uma aliança com a finalidade de desenvolver eventos de rap dirigidos aos jovens negros da cidade.

A identificação entre os jovens e o vereador ocorreu de forma rápida, e garantiu que a aliança entre ambos se estabelecesse. É possível entender tal identificação como um efeito do encontro objetivado entre posições sociais homólogas. O vereador, assim como a maioria desse grupo de jovens interessados em se inserirem em um campo de divulgação de rap da cidade, é negro, de origem social modesta, atuou em uma atividade profissional de pouco prestígio social (eletricitário), além de ocupar, no campo da política, uma posição análoga aos jovens no campo artístico. Se, no campo da música, esses jovens não ocupavam uma posição que lhes permitisse se impor diante dos demais grupos, na política, o vereador participa de uma corrente petista (Coletivo Socialista e Democrático) que só existe na cidade de Campinas e que, portanto, ocupa uma posição dominada no interior do partido.

Movido também por essa situação que o obriga a ampliar suas bases de apoio, o vereador adota de forma substantiva a questão racial como campo de atuação⁵. Por sua vez, o encontro com o vereador permite que os jovens consigam construir um espaço de divulgação de suas músicas. Articula-se, assim, uma relação de interdependência que dá origem a uma série de eventos em bairros da periferia da cidade, utilizando espaços como associações de bairros e ONGs.

Distinguindo-se dos produtores de eventos que estavam estabelecidos no campo de divulgação do rap, os jovens rappers passam a desenvolver atividades com fins sociais para, por exemplo, ajudar instituições como abrigos de crianças ou idosos ou ONGs, arrecadando como valor de entrada alimentos ou agasalhos. A apresentação artística era voluntária, a aparelhagem era alugada com recursos oferecidos pelo vereador e o que era arrecadado funcionava como “ajuda” para aqueles que eram auxiliados por essas instituições. Nesse momento, a atuação funciona como uma atividade de “caridade”, um devotamento aos

⁵ O objetivo do vereador em constituir uma base eleitoral em torno das questões raciais parece ter sido de fato efetivado, como demonstra sua atuação ao longo do mandato de deputado estadual para o qual foi eleito mais tarde, em 2002. Assim, na Assembléia Legislativa de São Paulo, apresentou o projeto 817/03 que institua o Programa de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e Cotas de Inclusão Racial no Estado de São Paulo; foi autor do Projeto de Lei 495/04 que destina 30% do total de vagas da administração pública estadual, direta ou indireta, para a população negra, e da lei nº 11.549 que institui no âmbito do Estado de São Paulo, a “Semana de Solidariedade aos Povos Africanos”; também foi co-autor do projeto de lei 530/04, que reserva 50% vagas na USP, Unesp e Unicamp para alunos negros, indígenas, carentes, oriundos da rede pública de ensino. Na sua página, encontra-se uma lista das suas propostas de lei: 1. A lei que institui a Lavagem da Escadaria Catedral Metropolitana de Campinas no calendário oficial da cidade; 2. instituições do Programa de Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às pessoas portadoras do Traço Falciforme e com Anemia; 4. inclusão no currículo da rede municipal de ensino, inclusive no Supletivo, na disciplina de história, matéria relativa ao Estudo do Negro na formação sócio, cultural brasileira; 5. lei de pluralidade étnico-racial para as propagandas da administração direta ou indireta do município; 6. instituição do dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – como feriado municipal. (dados extraídos da página <http://www.ptcampinas.org.br/parlamentares>, acessada em junho de 2006).

necessitados, embora revestido por um discurso político que incentivava o trabalho de auxílio àqueles que estão “excluídos” da sociedade.

Ainda que os interesses do vereador e dos jovens rappers fossem distintos, a aliança favorecia a ambos. De um lado os jovens conseguiram, via suporte material do vereador, divulgar suas canções, organizar seus eventos de rap, aglutinarem mais jovens em torno de sua prática musical cujas letras revelam forte conteúdo político. Por outro lado, o vereador, ao aproximar dos jovens, ampliava sua base eleitoral e executava um trabalho político de formação do grupo.

Surgiu, assim, o Rap em Trânsito, um grande festival que passou a acontecer anualmente desde 1997 até 2004, sob seu patrocínio. Essa iniciativa, além de garantir aos jovens a possibilidade de tocar e organizar seus próprios eventos, implicou a sua formação política, já que os shows eram intercalados por debates que tratavam tanto do universo do rap e do Hip Hop, quanto propunham discussões temáticas relacionadas à questão racial, à violência, à auto-gestão e autonomia na construção de movimentos sociais, por exemplo. Com o passar dos anos, o evento tornou-se cada vez mais estruturado e eles chegavam mesmo a produzir e distribuir textos sobre as questões em debate, organizando oficinas de formação durante o mesmo.

Além da formação política, com o auxílio dado pelo vereador eles puderam convidar personalidades do movimento hip hop campineiro e paulista, entrando em contato com artistas mais dominantes no universo do hip hop, como por exemplo Thaíde e DJ Hum, Sistema Negro.

Concomitantemente, o vereador aproxima esses jovens de outros militantes de partidos e sindicatos, deixando-os próximos de uma militância mais estruturada. Inicialmente, tais relações são vividas como uma ampliação dos canais de ajuda, já que por meio desses militantes eles conseguem imprimir seus materiais de divulgação, ou tomar emprestado aparelhos de som necessários para os shows. Com o passar do tempo, no entanto, os jovens passam a ser convidados para tocar em eventos do sindicato e mesmo a participar dos próprios debates.

Dessa forma, a aliança com o vereador foi pouco a pouco dando um formato ao agrupamento. Assim, por exemplo, em 1998 os jovens foram instruídos pelo vereador a procurar um advogado para auxiliá-los na estruturação jurídica do grupo. Dessa forma, eles decidem formar uma associação de rappers de Campinas e região, chamada Posse Rima & Cia.

A institucionalização jurídica foi apenas o desdobramento da transformação que aconteceu no próprio grupo de rappers. Se inicialmente o grupo encontrava-se nas ruas do

centro da cidade, nessa fase eles já utilizavam a sala de sindicatos para se encontrarem; as conversas livres foram substituídas pelas reuniões com regras por eles produzidas, como registro em ata, organização das intervenções durante a reunião, regras para o estabelecimento dos encaminhamentos das reuniões. A própria tarefa de organizar o evento Rap em Trânsito, exigia que os jovens produzissem materiais escritos, soubessem falar em público, organizassem projetos, justificativas e explicações, criassem mecanismos para aglutinar os jovens, panfletando, mobilizando seus contatos.

A capacidade de organização e mobilização dos jovens em foco pode ser facilmente medida pelos desenvolvimentos seguintes. Em 1998, Posse Rima&Cia, com o estímulo do vereador, começa a trabalhar para ampliar seus eventos para os demais segmentos do hip hop, destinando um espaço durante o evento Rap em Trânsito para os dançarinos de break e grafiteiros. Tal aproximação favoreceu o estreitamento dos laços entre três segmentos do hip hop. Na sequência, os grafiteiros também decidem se organizar coletivamente no paço da prefeitura da cidade, inspirados no modelo da posse dos rappers.

Em cerca de três anos a Rima & Cia aglutinou cerca de 200 rappers na associação, além de mobilizar os grafiteiros e diversos grupos de break. Tinha um grande número de contatos com membros do hip hop fora do cenário municipal e dispunham de uma infraestrutura, ainda que limitada, suficiente para desenvolverem suas reuniões.

O conjunto de saberes adquiridos na prática com o vereador e com o universo da militância partidária e sindical favoreceu a ampliação da esfera de ação da associação de rappers, que passou a ser vista como representante do “movimento hip hop” na cidade, o que lhe permitiu acumular um considerável capital militante (Poupeau e Mantonti, 2004) que pôde ser convertido em 2000 nas campanhas eleitorais.

Nesse período, o vereador decide se candidatar a reeleição e passa a contar com o apoio da própria associação de rappers, da associação dos grafiteiros e de diversos dançarinos de break que, em contrapartida, constroem uma pauta de reivindicação que seria assumida pelo vereador e posteriormente pelo candidato a prefeito pelo PT.

Hip Hop como política cultural do governo PT

A pauta de reivindicação dos jovens do hip hop mobilizados na campanha incluía : (i) recursos para garantir a continuidade do Seminário Rap em Trânsito; (ii) acesso do movimento hip hop aos espaços públicos, para apresentarem seus shows; (iii) criação de espaços culturais para a periferia; (iv) a abertura de escolas aos finais de semana para lazer e esporte; (v) desenvolvimento de projetos em parceria com o movimento hip hop, incluindo a

realização de shows de rap, oficinas de break e grafite, palestras e debates; (vi) luta contra discriminação racial, coibindo a violência policial; (vii) e a criação de uma Casa do Hip Hop.⁶

Ao final das eleições, o candidato a prefeito do PT foi eleito, assim como o vereador, que assumiu a presidência da câmara municipal. A partir daí, inicia-se uma série de negociações que culminam na integração do hip hop à política cultural do partido.

A incorporação do hip hop às políticas públicas do PT pode ser entendida como a garantia de um apoio de base para o governo, já que os membros do hip hop conseguiam se apresentar como porta-vozes da “juventude negra” e/ou da “juventude popular” encontrando-se altamente estruturado. Ao mesmo tempo, suas reivindicações se encaixavam no perfil das políticas petistas, cuja característica é ofertar produtos políticos⁷ em que a marca identitária se refira aos grupos populares.

Em contrapartida, os jovens passaram a atuar dentro dos dispositivos de organização da participação popular ofertados pelo PT a fim de conquistar suas reivindicações. Inicialmente, os jovens procuraram o vereador e o prefeito para discutir meios de viabilizá-las. Estes os aconselharam a participar do Orçamento Participativo⁸, a fim de garantir recursos para a criação da Casa do Hip Hop. Aconselharam também os jovens a dirigir-se diretamente às secretarias de educação e assistência social, ou a duas coordenadorias subordinadas ao Gabinete do prefeito - Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra e a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Juventude de Campinas – para negociar a inclusão da prática do hip hop nas atividades de formação de crianças e jovens.

O investimento na atuação junto ao governo implicou tanto a mudança da agenda militante, quanto o próprio aprendizado de regras que até então desconheciam para negociar no espaço político governamental. O tempo que investiam anteriormente nas reuniões para discutir temáticas como violência, discriminação, preconceito e desigualdade, ou mesmo na organização de shows e eventos foi progressivamente substituído pelas reuniões com as

⁶ Dados extraídos do panfleto assinado pela Posse Rima & Cia, diversos grafiteiro e dançarinos de break, em apoio a candidatura do vereador, em 2000.

⁷ Em artigo intitulado “A representação política” de Bourdieu (2000) o autor mostra de que modo as ofertas de discursos, posições e interesses são produtos políticos ofertados no campo da política.

⁸ O Orçamento Participativo é um modelo de gestão das receitas e despesas públicas do orçamento municipal que, até então, estavam sob o controle exclusivo do prefeito, seus assessores e secretários. O PT propõe, distinguindo-se das práticas até então adotadas pelos demais partidos, que a população decida quais investimentos seriam relevantes e quais deveriam ser as políticas de receita do município. O Orçamento Participativo é organizado da seguinte forma: há assembleias populares regionais, sendo 18 assembleias que correspondem às 14 administrações regionais e às 4 sub-prefeituras da cidade. Na assembleia, a cada dez pessoas presentes se elege um representante que irá compor os fóruns intermediários. Após as discussões nos fóruns intermediários é realizada a segunda rodada das assembleias populares, que define dez reivindicações organizadas por ordem de prioridade. Também na segunda rodada das assembleias populares é definida a previsão orçamentária e é eleito o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que deve discutir, priorizar e acompanhar as demandas do Orçamento Participativo.

secretarias, e pela mobilização para participação nas reuniões do OP.

Ocorre, então, algo que pode ser entendido como a “disciplinarização” do movimento, já que os jovens são levados a exprimir suas reivindicações dentro de um formato pré-definido pelo Estado. No processo, eles vão adquirindo a capacidade de se dirigir a outros políticos profissionais e a administradores do governo, além de redigir projetos, desenvolvendo também uma capacidade retórica que lhes permitia dialogar com os demais grupos mobilizados no OP.

Dessa forma, durante o ano de 2001, os jovens se empenharam em redigir projetos, propor reuniões nas secretarias do governo para realizar seus eventos e oficinas. Ao mesmo tempo realizaram uma ampla mobilização para participar das assembléias do Orçamento Participativo.

Apesar de mobilizarem cerca de 100 jovens durante as assembléias, a Casa do Hip Hop não foi aceita em nenhuma assembléia como uma demanda. Entretanto, em função desta forte mobilização, a vice-prefeita que assumiu a prefeitura após o assassinato do Prefeito em setembro de 2001, chamou as lideranças para conversar, incorporando-os posteriormente nas assembléias temáticas do Orçamento Participativo que foram criadas em 2002.

A criação das assembléias temáticas indica mais uma estratégia do governo petista de atender os grupos que compõem sua base eleitoral, uma vez que as assembléias regionais não conseguiam absorver as demandas dos diferentes movimentos sociais que já se encontravam organizados. Foram criadas sete assembléias temáticas referentes à educação, saúde, assistência social, habitação, cultura, desenvolvimento econômico e tributação e temas da cidadania (mulheres, comunidade negra, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais e homossexuais).

A entrada da nova prefeita na metade de 2001 também alterou a dinâmica da relação dos jovens com a prefeitura, pois houve troca de vários titulares de cargos administrativos. Em 2001, eles tiveram três interlocutores na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, e somente ao final de 2001 eles passaram a discutir suas reivindicações com o Secretário de Cultura que permaneceu até o fim do mandato petista.

O Secretário de Cultura, ao tornar-se o interlocutor mais próximo dos líderes da associação para debater a demanda de construção da Casa do Hip Hop, acabou exercendo um papel determinante na vinculação desses jovens à política dominante do PT.

Nessa fase, muitas das lideranças do hip hop que atuavam junto ao vereador petista já estavam filiados ao partido mas nem todos participavam da mesma corrente. O Secretário da Cultura privilegia a negociação direta com os militantes petistas e, dentre esses, especialmente com aqueles que pertenciam a correntes mais distantes da corrente do vereador que os havia

recrutado

A restrição da aproximação de alguns líderes da Posse Rima & Cia com o Secretário da Cultura, bem como a mutação da rotina militante, que exigiu cada vez mais a participação de atividades vistas como “burocráticas”, como reuniões e negociações de reivindicações, teve como efeito o fechamento do grupo, que cada vez mais centralizava suas discussões e ações nas mãos dos poucos jovens que intermediavam a relação entre o governo e os demais militantes.

Tal mutação pode ser entendida como parte da dinâmica estabelecida no interior do PT. Para compreender isso, é precioso levar em conta que o vereador e o Secretário pertencem a tendências políticas diferentes, ocupando, portanto, posições distintas no interior do partido. O secretário pertence à Articulação de Esquerda, uma tendência de âmbito nacional, e o vereador ao Coletivo Socialista e Democrático, uma corrente dissidente que existe apenas em Campinas e que tem uma expressividade pequena no interior do PT. O secretário é a expressão de uma posição dominante, enquanto o vereador representa a posição dominada.

A própria posição distinta entre o vereador e o secretário pode ser entendida pela trajetória política de ambos. Diferentemente do vereador, que se engajou na militância sindical antes de entrar para o partido, a família do secretário participa tradicionalmente do universo partidário, ocupando posições organizativas e de liderança nos mesmos⁹. A atuação familiar no campo da política possibilitou que o secretário começasse cedo sua militância no PT, já nos anos 80, ocupando ao longo da carreira vários cargos no partido.

Quando, em 2001, o secretário assume a pasta da Cultura e se dispõe a resolver o problema da falta de recursos para a implementação da Casa do Hip Hop, que não alcançara uma dotação orçamentária no OP, ele propõe a criação de um Conselho Municipal do Hip Hop, uma tentativa explícita de despersonalizar a relação que os jovens do hip hop tinham até então com o vereador, com o objetivo, segundo ele, de fortalecer a administração do PT. O secretário diz:

E porque nós fizemos esse movimento (*referindo ao incentivo para a criação do Conselho Municipal*)? Para institucionalizar a relação do movimento hip hop com o governo. Porque a relação do movimento hip hop com o governo até esse momento era feita através daquelas

⁹ O bisavô do secretário esteve na Aliança Popular Revolucionária Americana, o APRA peruano. Seu avô ligou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no início dos anos 1930, permanecendo por quase 20 anos como membro do Comitê Central, até a cisão de 1962 que deu origem ao PCdoB, do qual foi dirigente até ser assassinado, em 1976, pela repressão militar. O pai do secretário ingressou no Partido Comunista Brasileiro nos anos 1950, e participou da “reorganização do PCdoB”, atuando como membro do Comitê Central do partido por 10 anos até ser preso em 1976, no mesmo evento em que o avô do secretário foi assassinado. Mais tarde, o pai dele foi expulso do PCdoB, integrando-se ao PT. Elegeu-se para executiva nacional do PT e coordenou a campanha de Lula à Presidente da República em 1989.

peças que tinham relação política com o movimento ou um deputado estadual, um vereador, ou lideranças do PT, ou com quem estava no governo. Mas era uma relação entre militantes políticos, não era uma relação institucional entre governo e movimento hip hop.

No processo de transformação do hip hop em política cultural era necessário não apenas que as relações fossem despersonalizadas, mas que elas assumissem um caráter mais generalista, deixando de ser vista como política de favorecimento a um grupo específico e passando a ser apresentada como demanda da “juventude negra e “popular”, no sentido mais genérico do termo.

O secretário exige, assim, que o Conselho incorporasse os membros do grupo de militantes do hip hop que se aglutinavam em torno de Pablo, um produtor cultural do universo do rap, que era visto como opositor ao Rima & Cia. Pablo havia disputado, na eleição anterior, um cargo de vereador pelo PCdoB, organizando um agrupamento chamado Força Cultural Hip Hop para atuar na sua campanha, fazendo oposição à Posse Rima & Cia e demais membros do grafite e do break que atuavam próximo ao vereador petista.

Assim, para que tal unificação se efetuassem de fato, os jovens que dialogavam diretamente com o Secretário de Cultura organizaram a Conferência Municipal do Hip Hop, cujo objetivo era eleger os conselheiros para o Conselho Municipal do Hip Hop que visava além de mandar propostas para a Câmara Municipal, gerir a Casa do Hip Hop.

A proposta de criação do Conselho Municipal do Hip Hop foi o marco para que se manifestassem as disputas tanto internas ao grupo de militantes do hip hop que atuava com a prefeitura, quanto externas, ou seja, destes em relação ao outro grupo de militantes do hip hop (Força Cultural Hip Hop) que atuava com o Pablo.

A imposição de uma aproximação com o grupo do Pablo alterou a dinâmica de ambos os agrupamentos. Do lado da Posse Rima & Cia, a Conferência que elegeu o Conselho marcou um período de ruptura entre alguns membros. Por outro lado, alguns militantes do grupo Força Cultural Hip Hop se afastaram do Pablo (que não quis entrar no Conselho) e entraram como conselheiros junto com os militantes da Rima & Cia, recompondo e realinhando o grupo que atuou até o fim do mandato petista.

Processo de desengajamento

A I Conferência Municipal do Hip Hop, que aconteceu em novembro de 2002 marcou o rompimento de parte dos antigos militantes que fundaram a Posse Rima&Cia. É neste palco de interações que se pode compreender as diferenças entre aqueles que são excluídos e aqueles que se excluem a luta para se imporem diante do grupo.

Por um lado, foram excluídas aquelas lideranças que não eram filiadas ao PT, mas estavam mais próximas do vereador, ou que eram filiadas e pertenciam a corrente Coletivo Socialista e Democrático, ou simpatizavam com o vereador ou suas posições políticas. Essas foram excluídos do diálogo com o secretário da Cultura, e portanto se distanciavam cada vez mais do monopólio da produção dos discursos políticos.

Essas lideranças viveram tal exclusão com grande ressentimento, manifestando durante a Conferência seu incômodo com as interferências do secretário de Cultura rompendo posteriormente com a Posse Rima & Cia.

É importante lembrar, no entanto, que esse rompimento só foi vivenciado por aquela parcela das lideranças que dispunham de condições objetivas para garantir sua sobrevivência fora do circuito de trocas impulsionado pelos políticos profissionais que, nesse momento, ainda era pouco mais do que apenas uma promessa.

A permanência de alguns líderes e militantes na luta pela construção da Casa do Hip Hop via governo, foi assegurada, em certa medida, pelas retribuições materiais que o PT passa a oferecer ao grupo de militantes do hip hop, que nesse período já não existia fora das malhas institucionais.

As retribuições materiais, ainda que modestas, que alguns militantes passaram a receber das secretarias de educação e assistência social por oferecerem oficinas nas escolas públicas, na FEBEM, com o objetivo de atrair jovens, “humanizar” os espaços correcionais, entre outros, representou a criação de postos e cargos remunerados, que foram distribuídos aos militantes do movimento. Portanto a concretização da Casa do Hip Hop implicaria também no aumento de tais recursos.

Dito isso, vemos que o grupo que se exclui é aquele que tinha maior escolaridade ou estabilidade profissional, pois ainda que estes continuem realizando esporadicamente oficinas ou palestras, elas não são se constituem em sua atividade profissional principal. Em grande parte são os militantes mais escolarizados que se excluem. Duas mulheres que, tendo atingido o ensino superior, tornaram-se, por concurso, funcionárias públicas da prefeitura, uma trabalhando hoje na área de atendimento numa biblioteca municipal, e a outra atuando como professora na rede municipal; e um rapaz que dispunha de um diploma de curso profissionalizante que lhe permite passar a atuar como autônomo na área de manutenção de aparelhos de informática.

Mas nem todos militantes com maior escolaridade optaram por empregos mais estáveis., Maiara, uma líder expressiva no movimento, excluiu-se do movimento para investir no posto político ofertado trabalhando como assessora do vereador até o fim de 2006.

Ainda que o rompimento com a associação fosse assumido como uma escolha, e tais protagonistas do movimento possuísem recursos para sobreviverem sem ajuda do agrupamento, o desencajamento foi vivido de forma dolorosa, uma vez que a saída representou, ao mesmo tempo, a ruptura com o círculo de amizade e confiança que havia sido construído há mais de 8 anos. Em termos do ciclo de vida, o período despendido na militância do hip hop representava praticamente todo o período em que puderam viver de forma mais autônoma com relação a suas famílias.

Alguns jovens vivenciaram o desencajamento como decorrência de uma situação pessoal particular. Um exemplo deste caso é dado por um casal que atuou junto na construção do movimento hip hop que vê coincidir o momento em que se encontra preterido e afastado do círculo de trocas que se instaura entre associação e governo municipal com o ingresso da militante no curso de mestrado e uma gravidez, o que acabou por motivando uma dedicação maior ao universo familiar que, segundo eles, exigia uma maior estabilidade tanto emocional quanto financeira para a família, para que a jovem pudesse assim permanecer em seus estudos.

A saída dessas lideranças e de alguns outros militantes contribuiu para que o grupo se fechasse cada vez mais. A burocratização da militância não abria espaço para entrada de novos militantes, e a oferta desequilibrada dos recursos materiais e simbólicos contribuiu para aguçar os conflitos entre os próprios membros do hip hop que passaram a lutar pelos recursos em questão.

Da construção da Casa do Hip Hop à extinção do agrupamento

Após a Conferência Municipal, tanto o Conselho quanto a Casa do Hip Hop estavam estruturados de forma a concentrar as decisões nas mãos de um pequeno grupo, ou seja, na mão daqueles que assumiram os cargos nessas instâncias. Para o Conselho, foram eleitos 21 conselheiros entre os três segmentos do hip hop (rap, break e o grafite) e 7 suplentes. Desses conselheiros, o governo ou, mais especificamente, o secretário da cultura, indicou 2 membros para assumirem o posto remunerado de coordenadores da Casa do Hip Hop (Cinthia, representando o grafite, e Heitor, o break) e transferiu Fabiano e Joãozinho, que já tinham cargos comissionados do governo, para atuarem na Casa como membros do rap.

Em setembro de 2003 foi inaugurada a Casa do Hip Hop e, apesar de ter sido incorporado à coordenação um militante que não era filiado ao partido, a distinção entre filiados e não filiados permaneceu, sobretudo após a indicação dos coordenadores da Casa por parte do secretário.

Dos cinco que atuavam na Casa três eram filiados ao PT (Ivo, Joãozinho e Heitor) e entre os dois que não eram filiados (Cinthia e Heitor), apenas Heitor tinha uma relação mais tênue com o PT, já que Cinthia tinha uma proximidade pessoal grande com o partido.

A contratação de Heitor como coordenador parece ter sido imposta apenas pela necessidade de reunir os três segmentos do hip hop. O convite chegou para Heitor no mesmo período em que ele estava desempregado, apresentando-se aos olhos do dançarino como uma possibilidade de atuação profissional. Os demais dançarinos de break não queriam atuar como coordenadores da Casa, uma vez que se organizavam de modo mais independente, tanto do partido quanto da associação de rappers e grafiteiros.

A posição dominada ocupada por Heitor no interior da coordenação não permitia o mesmo acesso que os demais coordenadores tinham aos mecanismos de produção de seus interesses, pois ele não tinha os mesmos contatos políticos, administrativos que garantiam o acesso aos recursos materiais que viabilizavam as atividades na Casa do Hip Hop.

Antes mesmo de findar o mandato petista, Heitor desligou-se da coordenação da Casa do hip hop para atuar como oficineiro de break em um projeto social financiado por recursos privados.

A maneira como foi conduzida a contratação dos coordenadores da Casa do Hip Hop por parte do Secretário da Cultura deixa claro o interesse político que o governo petista tinha em relação ao hip hop. O secretário conta:

A gente contratou como assessores da secretaria algumas lideranças do movimento. (...) Essas pessoas que foram contratadas, elas coordenavam a Casa. Esse é um aspecto importante, nós nunca defendemos nunca... nós queríamos uma relação institucionalizada, ou seja a Casa é um espaço público, portanto gerido pelo poder público através de agentes municipais. Agora a programação da Casa e o que seria feito lá dentro ia ser decidido pelo Conselho Municipal do Hip Hop. (...) Nós contratamos pessoas ligadas ao movimento, mas ao serem contratadas pela prefeitura elas estavam ali enquanto agentes do município e não como do movimento. Era um cuidado que a gente tomou para não passar a idéia de que nós estávamos terceirizando o espaço, ou que estava entregando o espaço para alguém, nós sempre fomos contra isso.

Quem indicou esses nomes para vocês contratarem?

Ninguém. Foi escolha nossa por razões técnicas e políticas, quando você conhecer os três você vai entender no ato, porque o Doutor Canhoto (*Joãozinho*) já estava contratado, mas os outros três que a gente foi contratando ao longo do processo você vai entender.

A oferta destes postos profissionais a esses jovens que, na maior parte dos casos, tinham menor escolaridade e menor perspectiva profissional explicitava a associação entre militância e luta pela sobrevivência. A atuação como profissionais na área de oficinas com hip hop ou mesmo em cargos administrativos era percebida como efetivação de um projeto

de ascensão social (mais simbólica do que econômica¹⁰), pois eles rompem, de um lado, com a história familiar de trabalhos manuais e constroem a visão de que esse tipo de atividade profissional é diferente das que exerciam anteriormente (entregador, office-boy, ajudante de serviços gerais, entre outros), pois nesse tipo de trabalho eles se sentem mais livres da “exploração” e das “hierarquias”.

Ao fim de 2004, com o término do mandato, o PT não conseguiu oferecer recursos políticos para os jovens desenvolverem suas atividades com o hip hop, nem incorporá-los a postos de trabalhos no interior do partido, uma vez que grande parte desses militantes não dispunha de credenciais escolares que lhes permitissem atuar como militantes profissionais. Tendo se afastado do mercado artístico do hip hop, no qual não haviam nem mesmo conseguido entrar, e sem financiamento governamental, o grupo se extinguiu com o fim do mandato petista.

Vários membros do hip hop que trabalharam nas oficinas apoiadas pela prefeitura reconverteram essa experiência em atividade profissional, vendendo seu trabalho para Febem, ONGs ou órgãos dispostos a financiar projetos educativos e sociais, outros porém voltaram as atividades profissionais que desenvolviam anteriormente, desligadas do universo artístico.

A própria transição para a vida adulta desses membros do hip hop que começaram com o rap o break ou o grafite entre 12 e 16 anos de idade favoreceu para que a dedicação a militância se tornasse menos intensa ou até mesmo deixasse de existir, uma vez que muitos se tornaram pais ou mães, estão casados e dedicando-se a outras esferas da vida, como universo profissional e familiar.

Em 2005, quando o PDT (Partido Democrático Trabalhista) assumiu o governo, não havia mais mobilizações coletivas em torno do hip hop. O atual prefeito, que tinha relações de amizade com Pablo (opositor da Posse Rima & Cia), convidou-o para atuar na Secretaria da Cultura. Entre seus projetos havia propostas para a Casa do Hip Hop, que funciona hoje com investimentos menores do que no governo anterior.

Referência Bibliográfica

Abramo, Helena Wendel (1994), “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”, *Revista Brasileira de Educação*, 5, pp. 25-36.

Bourdieu, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

¹⁰ Segundo as entrevistas eles recebem cerca de R\$800,00 por mês para trabalhar 40 horas.

- _____. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.p. 112- 121.
- _____. Introdução à uma Sociologia reflexiva. . In: **O Poder simbólico**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2000. p. 17 – 58.
- _____. Espaço social e gênese das classes. In: **O Poder simbólico**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2000. p. 133- 161.
- _____. A representação política. In: **O Poder simbólico**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2000. p. 163- 207.
- Gaxie, Daniel. Économie des partis et retributions du militantisme. **Revue Française de Science politique**, 27, février, 1977, p. 123-154.
- Guillot, Philippe. **Introduction à la sociologie politique**. Paris: Armand Colin, 1998. p. 69-85.
- Fillieule, Oliver. Proposition pour une analyse processuelle de l’engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, no. 1-2, février-avril 2001, p. 199-217.
- _____. Avant-propos. In :Fillieule, Oliver (org.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005.p. 9-15.
- _____. Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions. In: Fillieule, Oliver (org.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005.p. 17-47.
- Matoni, Frédérique; Poupeau, Franck. Le capital militant: essai de définition. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, no. 155, p.5-11, 2004.
- Moreno, Rosangela Carrilo. **As Mutações da experiência militante**: um estudo de caso a partir do movimento hip hop de Campinas. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp: Campinas, 2007.
- Sawicki, Frédéric. Les temps de l’engagement: À propôs de l’institutionnalisation d’ une association de défense de l’environnement. In: Lagroye, Jacques (org.). **La politisation**, Paris: Belin, 2003.